

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIVINO – MINAS GERAIS.

Processo: Nº 082/2022

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022

**PCK CONSTRUTORA LTDA**, já qualificada nos autos do processo licitatório epigrafado, doravante denominada recorrente, neste ato representado por seus Sócios Administradores o Sr. **CÁUDIO CÉSAR BANDEIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador da ID/RG nº 13.631.835 e inscrito no CPF sob nº 063.732.386-60, e o Sr. **KLEBER ARAUJO ROCHA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da ID/RG nº MG-18.658.037 e inscrito no CPF sob nº 062.427.894-85, vêm, respeitosamente, à presença de V.Exa., por meio da sua advogada devidamente constituída **Maria Aparecida de Sousa Rocha OAB-MG 185.815**, nos autos do Processo Licitatório Tomada de Preços de número em epígrafe, realizada pela Administração Pública Municipal de Divino, consubstanciado na razões e mérito a seguir expostos, nos termos do **Art. 109 Lei Federal 8.666/93**, data venia, apresentar:

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

### **1 – PRELIMINARMENTE**

#### **1.1 – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776

Nos termos da Norma Convocatória Edital Nº 005/2022, cumulado com art. 109 da lei nº 8666/93, o prazo para interposição do recurso referente ao presente processo são 05 (cinco) dias úteis a contar da data do conhecimento da decisão.

Deste modo, considerando que a Ata de Julgamento foi publicada no dia 28 de novembro de 2022, considerando ainda que o prazo começou a contar no dia 29 de novembro de 2022, bem como considerando que o Recurso foi protocolizado na presente data, logo sendo tempestivo.

## **1.2 – DA LEGITIMIDADE DA RECORRENTE**

Conforme corrobora a Ata de Julgamento, a Recorrente é licitante, pois está devidamente cadastrada e classificada na 4ª posição, no Processo Licitatório nº 082/2022 na modalidade de TOMADA DE PREÇOS nº 005/2022, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO.



**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**ATA DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO**

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e oito de novembro de 2022, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, para procederem ao julgamento do Processo Licitatório nº082/2022 - Tomada de Preços nº005/2022, fase análise de preços. Aberta a sessão, o presidente da Comissão Permanente de Licitação, Sr. Marcus Vinicius Guedes Valente, passou a apresentar os envelopes contendo as propostas de preços das empresas participantes, a saber: **PCK CONSTRUTORA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.952.501/0001-73, representada pelo Sr. Kleber Araujo Rocha, inscrito no CPF sob o nº 082.427.894-85; **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.618.485/0001-57, **PORTES & TRANIM LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.273.742/0001-93, representada pelo Sr. Lucas Portes Barbosa, inscrito no CPF sob o nº 063.455.516-27; **FERNANDO ALVES DA SILVA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 71.162.150/0001-40, representada pelo Sr. Fernando Alves da Silva, inscrito no CPF sob o nº 021.053.917-88. Dando continuidade, foi aberto os envelopes e após análise encontrado o seguinte resultado: a empresa **PCK CONSTRUTORA LTDA-ME**, ofertou o valor total de R\$ 2.045.146,92 (dois milhões, quarenta e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos); A empresa **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA**, ofertou o valor total de R\$1.339.288,92 (um milhão, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos); A empresa **PORTES & TRANIM LTDA**, ofertou o valor de R\$1.522.689,00 (um milhão quinhentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais) e a empresa **FERNANDO ALVES DA SILVA-ME**, ofertou o valor de R\$1.754.735,52 (um milhão setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos). Dando prosseguimento, com fundamento na alínea A do §1º do Artigo 48 da Lei 8666/93, procedeu-se o cálculo da média aritmética das propostas apresentadas, visando verificar se todas se apresentavam valores exequíveis conforme dispositivo legal citado. Primeiramente, foi verificado que todas propostas participantes, estavam com valores acima dos 50% do valor orçado pela Administração, o que a princípio indica a viabilidade da soma de todas propostas apresentadas. Prosseguindo, efetuou-se a soma das propostas que perfaz o total de R\$6.651.880,36 (seis milhões, seiscentos e sessenta e um mil, oitocentos e sessenta reais e trinta e seis centavos). Ato contínuo, efetuou-se o cálculo da média aritmética, resultando no valor de R\$1.662.965,09 (um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e nove centavos). Na sequência, aplicou-se o Percentual de 70% sobre o valor total, objetivando o encontrar o valor mínimo para eleger as propostas finalmente exequíveis. Aplicado o referido percentual, achou o valor mínimo de R\$1.165.825,56 (um milhão cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e seis centavos). Após encontrado o valor mínimo considerado legalmente exequível, passou-se então a nova verificação das propostas ofertadas pelas licitantes, encontrando-se os valores na seguinte ordem, a começar pela proposta vencedora: A empresa **ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA**, ofertou o menor valor no total de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

R\$1.339.288,92 (um milhão, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos); Em segundo lugar ficou a empresa **PORTES & TRANIM LTDA**, que ofertou o valor de R\$1.522.689,00 (um milhão quinhentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais); Em terceiro lugar ficou a empresa **FERNANDO ALVES DA SILVA-ME**, que ofertou o valor de R\$1.754.735,52 (um milhão setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) e em quarto lugar ficou a empresa **PCK CONSTRUTORA LTDA-ME**, que ofertou o valor total de R\$ 2.045.146,92 (dois milhões, quarenta e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos). Não havendo mais nada a tratar, ficam todos licitantes intimados do início da contagem do prazo recursal, de cinco dias, que começam a contar a partir desta data. Eu Gabriel dos Santos Alves, lavrei a presente ata que após lida, será por mim datada e assinada juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitação e os licitantes presentes. Divino-MG, 28 de novembro de 2022.

 <b>MARCUS VINICIUS GUEDES VALENTE</b> Presidente da CPL	 <b>GABRIEL DOS SANTOS ALVES</b> Secretário
<b>CHRISTOPHER ALLAN RIBEIRO SALES E SILVA</b> Membro	
 <b>PCK CONSTRUTORA LTDA-ME</b> Licitante	 <b>FERNANDO ALVES DA SILVA-ME</b> Licitante
 <b>PORTES &amp; TRANIM LTDA</b> Licitante	

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

(38) 3016-9133 | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 - SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS - MG | CEP: 39.400 - 776

Este documento foi assinado digitalmente por Kleber Araujo Rocha.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 2F52-9C21-386C-B5E8.

Assim sendo, fica clarividente que a Recorrente PCK CONSTRUTORA LTDA tem legitimidade recursal, sendo de direito recorrer a decisão registrada no termo supra citado.

### **1.3 – DO INTERESSE RECURSAL**

Nos termos da Ata de Julgamento, a Recorrente é classificada na 4ª posição, no Processo Licitatório nº 082/2022 na modalidade de TOMADA DE PREÇOS nº 005/2022, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO, vejamos:

- 1º) ECOMIG GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA. – R\$ 1.339.288,92 (um milhão, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos)
- 2º) PORTES & TRANIM LTDA. – R\$ 1.522.689,00 (um milhão, quinhentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais)
- 3º) FERNANDO AVES DA SILVA – ME. – R\$ 1.754.735,52 (um milhão, setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)
- 4º) PCK CONSTRUTORA LTDA. – R\$ 2.045.146,92 (dois milhões, quarenta e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos)

Destarte, a Empresa PCK CONSTRUTORA LTDA, ora Recorrente, tem Interesse recursal, pois a decisão recorrida lhe afeta diretamente, causando sérios prejuízos.

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776

Se admissível, a comissão deverá enfrentar o mérito do recurso.

Atendidos os requisitos de admissibilidade do recurso, requer a apreciação do mérito.

#### **1.4 – DO EFEITO SUSPENSIVO DO RECURSO**

Conforme previsto no art. 109, §2º da Lei 8.666/93 e no item 11, subitem 11.3 do Edital convocatório em comento, os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação de licitante e julgamento de propostas terão efeito suspensivo, podendo a Comissão Permanente de Licitação, motivadamente e, havendo interesse para o Município de Pará de Minas, atribuir efeito suspensivo aos recursos interpostos contra outras decisões.

Deste modo, requer o efeito suspensivo da decisão proferida na Ata de Julgamento até posterior decisão em sede recursal.

#### **2 – DAS RAZÕES DO RECURSO**

A empresa Recorrente, PCK CONSTRUTORA LTDA, participou do Processo Licitatório 082/2022 Modalidade Tomada de preços nº 005/2022, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO.

Na fase de abertura e apreciação das propostas, realizada no dia 28 de novembro de 2022, a comissão fez análise da exequibilidade das propostas utilizando o fundamento da alínea A §1º do Artigo 48 da Lei 8.666/93 realizando o cálculo da média aritmética das propostas apresentadas e aplicou-se o percentual de 70% do

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776

valor encontrado objetivando encontrar o valor mínimo para eleger as propostas exequíveis. Após esse processo, todas as propostas foram consideradas exequíveis e classificada da seguinte forma:

- 1º) ECOMIG GESTÃO DE RESIDUOS LTDA. – R\$ 1.339.288,92 (um milhão, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos)
- 2º) PORTES & TRANIM LTDA. – R\$ 1.522.689,00 (um milhão, quinhentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais)
- 3º) FERNANDO AVES DA SILVA – ME. – R\$ 1.754.735,52 (um milhão, setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)
- 4º) PCK CONSTRUTORA LTDA. – R\$ 2.045.146,92 (dois milhões, quarenta e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos)

Entretanto, a comissão não avaliou as planilhas de composição de preços que foram apresentadas pelas licitantes a modo de comprovar a formação de suas propostas conforme solicita o edital:

*“... VII – DA PROPOSTA*

*5. Os preços cotados para esta licitação deverão ser expressos em moeda corrente do país, em algarismo e por extenso e **nestes compreender todas as despesas com mão de obra e encargos sociais** (inclusive adicional de insalubridade, seguros, e demais encargos necessários), ferramentais e equipamentos, tributos federais, estaduais e municipais, atentando as especificações técnicas*

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776



*contidas neste edital, necessários à perfeita execução de todos os serviços, assim como sua remuneração e lucro.*

*7. A licitante proponente deverá também preencher **Planilha de Serviços e Preços Unitários constando o valor Global para prestação dos serviços (Anexo XII)**, que integra o presente Edital, com os preços unitários e totais. A planilha orçamentária deverá ser impressa pela proponente, e guardar, sob pena de desclassificação, absoluta fidelidade com a planilha matriz elaborada pelo município, no que se referem aos serviços, atividades, unidades e quantidades.*

*...*

Em análises detalhadas das propostas apresentadas pelas licitantes, confrontando com a Planilha de Serviços e Preços Unitários prevendo o valor Global para prestação dos serviços (Planilha Orçamentária - **Anexo XII**), pode constar falhas gritantes na composição de preços demonstrados no preenchimento das referidas planilhas pelas licitantes classificadas, conforme será demonstrado a seguir.

## **2.1 – DAS RAZÕES RECURSAIS CONTRA 1ª CLASSIFICADA**

A proposta da, equivocadamente, classificada em 1º lugar - ECOMIG GESTÃO DE RESIDUOS LTDA - apresenta em sua composição dos encargos sociais o índice de 40,66%, ocorre que para isso, a mesma, excluiu a Contribuição Patronal Previdenciária – CPP para a Seguridade Social (20%) e RAT (3%) alegando ser optante do regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos - Simples Nacional. Porém, essa opção não isenta a referida licitante, uma vez que esse encargo é vinculado a atividade exercida.

Conforme disciplina o art. 13 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006.

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776

Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

**VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;**

VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Na sequência, vejamos o que prever o inciso 5º-C do art. 18 da supracitada lei complementar:

[...]

§ 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

I - construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776



II - (REVOGADO)

III - (REVOGADO)

IV - (REVOGADO)

V - (REVOGADO)

VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

VII - serviços advocatícios.

Em relação ao RAT, conforme o Artigo 22, Inciso II, da Lei 8.212/1991 e Anexo I da IN RFB nº 2.110/2022:

[...]

Inciso II do Artigo 22 da Lei nº 8.212 de 24 de Julho de 1991 Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos: (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 1998).

a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;

b) 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio;

c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776

Nos termos do Anexo I da IN RFB nº 2.110/2022, prever as Relação de Atividades Preponderantes e Correspondentes Graus de Risco.

CNAE 2.2	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA (%)
3811-4/00	Coleta de resíduos não perigosos	3
8129-0/00	Atividade de limpeza não especificadas anteriormente	3

Enquanto a composição do BDI, a referida licitante apresenta índices abaixo dos admissíveis no Acórdão TCU 2622/2013 (anexo ao presente termo recursal) nos itens Administração Central (AC) e Lucro (L) em desacordo com a referência do edital.

Deste modo, resta clarividente que a proposta da 1ª classificada foi formulada com erros que impactam diretamente no valor global da proposta, deixando de cumprir os requisitos da norma editalícia, fazendo-se necessário sua desclassificação.

## **2.2 – DAS RAZÕES RECURSAIS CONTRA 2ª CLASSIFICADA**

A proposta da classificada indevidamente em 2º lugar - PORTES & TRANIM LTDA - ao apresentar sua composição de preços, do item específico de Equipe de Varrição e Equipe Multitarefa, utiliza o índice de 37,30% para os encargos sociais.

Contudo, na adoção do referido índice, não demonstra claramente como o aplicou. Sendo que na composição dos encargos sociais apresentados não contem tal valor.

Diante do exposto, sua proposta foi formulada com erro que impacta diretamente no valor global da proposta, fazendo-se necessário sua desclassificação.

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776

### **2.3 – DAS RAZÕES RECURSAIS CONTRA 3ª CLASSIFICADA**

Por derradeiro, também equivocadamente, a ata de julgamento classifica em 3º lugar a FERNANDO AVES DA SILVA – ME.

A 3ª classificada apresentar sua composição de preços da Administração Local com claras falhas nos itens: 3.1,3.2,3.3,3.4,3.5,3.6, cujos valores de custo totais inferiores aos valores do custo unitário, além de conter preços simbólicos irrisórios para custear tais itens.

Seguindo a linha de preços simbólicos o item 4.1 apresenta o valor do custo total zerado descumprindo o edital no item:

*IX – DO JULGAMENTO – 6.3 - apresente preços simbólicos, superestimados, manifestamente inexequíveis, de valor zero ou incompatíveis com o preço de mercado acrescido dos respectivos encargos, assim considerados nos termos do disposto no art. 44 e art. 48, inciso II, da Lei Federal Nº 8.666/93.*

Desta maneira, a formatação de custo da proposta apresentada tem vícios que mascaram o valor real da proposta em aproximadamente 6%, o que impacta diretamente no valor global da proposta, fazendo-se necessário sua desclassificação.

### **4 – DO MÉRITO**

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776

A licitação é o procedimento administrativo no qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de interesse público, desenvolvendo-se através de sucessões ordenadas de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, propiciando igualdade de tratamento e oportunidade a todos os interessados como fator de eficiência e moralidade dos negócios administrativos.

Para tanto, necessária formalização dos diversos procedimentos instituidores do processo de licitação à busca da contratação mais vantajosa aos cofres públicos, espelhados no menor preço ofertado em relação direta ao objeto comum a ser licitado e, posteriormente, contratado pela Administração Pública, sempre na mais pura e irrestrita vinculação desde procedimento às normas contidas no Edital.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro salienta que:

“Princípio da vinculação ao instrumento convocatório é essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento”. Referido princípio, além de mencionado no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, ainda tem seu sendo explicitado no art. 41, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Na mesma linha, o art. 43, V, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos exige que o julgamento e classificação das propostas sejam de acordo com os critérios de avaliação constantes no edital.

Neste sentido segue os ensinamentos de Meirelles:

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776

“A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41). (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 256-257)”

O princípio da vinculação ao ato convocatório dirige-se tanto à Administração, como aos licitantes, posto que estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório.

Nessa mesma toada, ainda segundo a autora Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Se os licitantes classificados deixarem de apresentar a documentação exigida ou apresentá-las em desacordo com exigido no edital, estas imperiosamente deverão ser inabilitadas e desclassificadas, nos termos do art. 43, inc. II c/c art. 48, inc. I, todos da Lei Federal nº. 8.666/93.

Nesse sendo, a Lei Federal nº. 8.666/93 prever no art. 3º. que a “licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776

impessoalidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

A previsão legal acima é crucial para a interpretação e aplicação dos preceitos regentes da licitação. As soluções para os casos enfrentados pela Administração Pública devem ser compatíveis com os princípios jurídicos ali expressos, sendo imperiosa a invalidação das decisões que lhes contrariarem. Caso não haja a observância aos ditames desses relevantes preceitos, a validade do processo fica comprometida, tornando imperiosa sua desconstituição.

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório. Pois para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congêneres.

## **5 – DA NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DA DECISÃO**

Conforme legislação pertinente, é dever da comissão expor as razões da manutenção ou reforma da decisão impugnada no prazo de 5 dias úteis.

Neste sentido segue o entendimento dos doutrinadores:

Em qualquer hipótese, a autoridade administrativa tem o dever de atuar de modo motivado. Quer acolhendo, quer rejeitando o recurso, exige-se a exposição dos fundamentos concretos que

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776



conduzem ao entendimento adotado. A expressão “devidamente informado” não autoriza o agente administrativo a omitir fundamentação. Não basta um simples “relatório”, narrativo dos eventos ocorridos. Quando as razões recursais simplesmente reiterarem questões levantadas anteriormente e já decididas de modo fundamentado no ato recorrido, a autoridade pode reportar-se aos fundamentos já expendidos. Quando, porém, o recurso veicular questões não apreciadas e não decididas de modo expresse, a autoridade administrativa não pode omitir manifestação.” (Marçal Justen Filho, Comentários..., 14ª ed., p. 930).

Assim como é direito da Recorrente, submeter o recurso e devidas informações à autoridade superior para apreciação no prazo de 5 dias úteis.

Segue o mesmo entendimento da legislação a doutrina citada:

Subindo ao conhecimento da autoridade superior, deverá ele proferir decisão no prazo de cinco dias úteis (contados do recebimento do instrumento), provendo ou desprovendo o recurso. A decisão deverá ser motivada e apreciar integralmente as razões recursais. A ausência de fundamentação ou de decisão configura atuação abusiva. (Marçal Justen Filho, idem, p. 932).

Deste modo, a resposta da decisão fundamenta e motivada é medida que se impõe à Administração Pública aos licitantes, sobretudo, a Recorrente.

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776

## **6 - DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, requer-se que Vossa Senhoria se apegue à lei e à razoabilidade:

- A) O recebimento do presente recurso, tendo em vista sua tempestividade, legitimidade e interesse recursal da Recorrente no certame;
- B) A aplicação do efeito suspensivo, nos termos da legislação editalícia aplicada ao caso, bem como do § 2.º do artigo 109, da Lei 8.666/93;
- C) A revogação do atual resultado do processo licitatório em tela, com a consequente, desclassificação das empresas 1ª ECOMIG GESTÃO DE RESIDUOS LTDA; 2º PORTES & TRANIM LTDA e 3º FERNANDO AVES DA SILVA – ME.
- D) O chamamento da empresa PCK CONSTRUTORA LTDA classificada em 4º lugar, para assumir o 1º lugar;
- E) Sendo julgado improcedente por Vossa Senhoria, solicita-se desde logo o encaminhamento do presente Recurso à apreciação da Autoridade Superior Competente, nos termos da legislação em vigor.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Montes Claros - MG, 05 de dezembro de 2022.

**KLEBER ARAUJO ROCHA**  
CPF 062.427.894-85  
Sócio Administrador da PCK CONSTRUTORA LTDA

**MARIA APARECIDA DE SOUSA ROCHA**  
Advogada  
OAB/MG 185.815

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 -776



CNPJ: 23.952.501/0001-73

**PCK** CONSTRUTORA LTDA.

**(38) 3016-9133** | pckconstrutora@gmail.com

AV. MESTRA FININHA, 1726 – SALA 05 | FUNCIONÁRIOS - MONTES CLAROS – MG | CEP: 39.400 - 776

Este documento foi assinado digitalmente por Kleber Araujo Rocha.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 2F52-9C21-386C-B5E8.

Este documento foi assinado digitalmente por Kleber Araujo Rocha.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 2F52-9C21-386C-B5E8.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2F52-9C21-386C-B5E8> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2F52-9C21-386C-B5E8



### Hash do Documento

948F1B7DB51C928A90146AA8A4FBDA81DA8D0AAFCEF59E24CB7FF719DA774132

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/12/2022 é(são) :

☒ Kleber Araujo Rocha (Signatário) - 062.427.894-85 em  
05/12/2022 15:44 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

